

História e historiografia do trotskismo brasileiro¹

History and historiography of brazilian trotskyism

Marcio Lauria Monteiro*

Carlos Prado**

Resumo

Este artigo apresenta uma síntese da história do trotskismo no Brasil ao longo do século XX, com destaque para suas primeiras gerações de militantes e organizações, junto a um levantamento comentado da produção historiográfica existente sobre o trotskismo brasileiro e seus principais acervos de fontes. Com isso, apresenta uma introdução ao tema do trotskismo no Brasil, ao mesmo tempo em que visa auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas.

Palavras-chave: Trotskismo; Quarta Internacional; historiografia

Abstract

This paper presents a synthesis of the history of Trotskyism in Brazil throughout the 20th century, with emphasis in its first generations of members and organizations, together with a commented survey on the existing historiographic production about Brazilian Trotskyism and its main archives. Thought that, it presents an introduction to the theme of Trotskyism in Brazil as well as aims at being helpful to the development of new researches.

Keywords: Trotskyism; Fourth International; historiography

¹ Uma versão menor e em espanhol deste texto foi publicada na Argentina. Cf. Prado & Monteiro (2020-2021). A presente versão, além da tradução ao português, foi expandida com conteúdo novo, tratando-se de texto original no Brasil.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), professor de História na FME Niterói (RJ), coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trótski/Trotskismo e a Historiografia (GEPH) e pesquisador associado ao NIEP-MARX UFF. Contato: marciolmonteiro@gmail.com. Produção disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Marcio-Lauria-Monteiro>> e <<https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>>.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), professor do curso de História da FACH-UFMS, integrante do Laboratório de Estudo e Pesquisa em História das Américas (Lepha) e o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trótski / Trotskismo e a Historiografia (GEPH). Também é autor do livro “História do trotskismo no Brasil (1928-1936)”. Contato: carlosprado1985@hotmail.com.

A origem do trotskismo no Brasil e as suas primeiras “gerações”

Internacionalmente, o movimento trotskista tem sua origem em debates no interior do Partido Comunista da União Soviética no começo da década de 1920, ao redor de temas como a burocratização da experiência soviética e da necessidade de se manter a estratégia de revolução internacional como forma de se chegar ao socialismo. Leon Trótski foi a principal figura nesses debates, em oposição a uma ala do partido encabeçada por Josef Stálin.

A luta oposicionista de Trótski e seus aliados no interior do partido soviético rapidamente se internacionalizou, chegando aos fóruns da Internacional Comunista e ao interior de outros Partidos Comunistas ao redor do mundo, levando à formação da Oposição de Esquerda Internacional (OEI). Após uma série de expurgos que os expulsaram desses partidos e de dura perseguição por parte de agentes soviéticos, que envolveu inclusive assassinatos, os “trotskistas” se reagruparam na Quarta Internacional. Fundada em 1938, seu objetivo era levar adiante a luta pela revolução mundial, que encaravam ter sido abandonada pela Internacional Comunista (IC) e seus partidos, sob influência do que viam como uma degeneração burocrática da liderança soviética.

A história do movimento trotskista no Brasil teve início com a interligação de conflitos internos no Partido Comunista do Brasil (PCB) – fundado em 1922 – com a luta da OEI. As primeiras interpretações sobre as origens do trotskismo no Brasil apontam que as teses oposicionistas chegaram por meio de Mário Pedrosa². Ele havia sido enviado, em meados de 1927, para a Escola Leninista em Moscou, mas, devido a uma enfermidade parou na Alemanha, onde teve contato com a OEI.

Porém, pesquisas posteriores, em especial a de Marques Neto (1993, p. 22), questionaram essa interpretação. Diversos comunistas brasileiros acompanhavam as disputas no interior da URSS e da IC. Ademais, além das questões internacionais, vários militantes, acrescenta Marques Neto, “já acumulavam diferenças políticas de fundo com o incipiente núcleo de Partido”: ao longo de 1928-29, surgiram inúmeras polêmicas no interior do PCB.

A primeira divergência, suscitada por Rodolpho Coutinho³, foi sobre a tática de aliança com o tenentismo. Mas também surgiram discussões sobre o regime interno e a política sindical. Essas dissensões provocadas por questões nacionais, mas também iluminadas pelos debates internacionais, proporcionaram a primeira cisão do PCB.

A *Carta aberta* de Joaquim Barbosa, secretário sindical do partido, publicada em 1928, evidencia o teor dessas divergências. Segundo Barbosa, os dirigentes comunistas, controlando alguns sindicatos, começaram a utilizar destes para defender interesses político-partidários, deixando-os sob sua tutela. Os primeiros a se oporem a essa prática foram João da Costa Pimenta, que era trabalhador gráfico, secretário da Federação

² Mário Pedrosa nasceu em 1900, na cidade de Timbaúba - Pernambuco, cursou a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde, por influência de Edgardo de Castro Rebello, interessou-se pelos problemas sociais e entrou em contato com o marxismo, aproximou-se do movimento comunista e se filiou ao PCB em 1926, com o qual rompeu em 1929 e se transformou em uma das figuras centrais para o desenvolvimento da OEI no Brasil.

³ Advogado e professor, participou da fundação do PCB e integrou seu CC como suplente. Em 1925, foi o representante brasileiro no V Congresso da IC e permaneceu por 2 anos na Escola Leninista de formação de quadros de Moscou. Em 1928, também esteve entre os críticos do partido sendo expulso.

Sindical Regional do Rio de Janeiro, e o próprio Barbosa. Ambos entregaram seus cargos e denunciaram que o partido estava desvirtuando a função dos sindicatos, transformando-os em órgão partidário.

Após a publicação da *Carta aberta*, a disputa se ampliou. Em 2 de maio de 1928, a direção do PCB recebeu um documento assinado por 50 militantes, que apresentava uma série de divergências, especialmente com o regime interno. A crítica também atingia a política de alianças, apontando que a “pequena-burguesia militar” (tenentismo) não poderia desempenhar qualquer papel revolucionário.

O abaixo-assinado ainda reivindicava a convocação de uma Conferência para debater essas questões e formar uma nova direção para o partido. No entanto, como destacam Dulles (1973) e Marques Neto (1993), não havia uma coesão entre os opositores. Surgiram dois grupos: um vinculado a Joaquim Barbosa, que manteve sua crítica restrita à questão sindical e adotou uma postura mais economicista; outro que ampliou suas críticas e se aproximou das teses da OEI, especialmente devido ao contato de alguns membros desse grupo com Pedrosa.

Devido a tais diferenças, esses militantes não formaram uma organização de imediato, após romperem com o PCB em 1928. Todavia, as discussões que foram travadas entre eles foram fundamentais para o surgimento posterior da Oposição no Brasil. A cisão de 1928 não foi resultado direto dos debates soviéticos ou da tomada de posição dos militantes brasileiros em favor de Trótski e, a princípio, as questões parecem girar em torno apenas de problemáticas nacionais. Mas, como apontaram Marques Neto (1993) e Castro (1993), há sim uma relação direta, uma vez que a interpretação da teoria revolucionária, a aliança com a pequena-burguesia e a burocratização do partido foram temas que aproximaram os dissidentes brasileiros das teses trotskistas.

Enquanto esteve na Europa, Pedrosa manteve contato com o grupo opositor, especialmente com Lívio Xavier⁴ e com Coutinho e, de volta ao Brasil, encontrando o grupo disperso e sem perspectiva de organização, ele buscou reuni-los. A historiografia, como as obras mencionadas até aqui, tem apontado que a atuação de Pedrosa foi fundamental para que os dissidentes brasileiros percebessem que os conflitos no Brasil não expressavam questões meramente nacionais, mas evidenciavam uma crise maior dos PCs, revelando o contexto internacional da degeneração burocrática. Assim, a partir da iniciativa de Pedrosa, em maio de 1930, surgiu, na cidade do Rio de Janeiro, o Grupo Comunista Lenine (GCL).

Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995) propuseram que a história do movimento trotskista brasileiro, a partir de suas características e períodos, pode ser dividido em “gerações”. A primeira é aquela que compreende as organizações formadas entre 1930-39 e tem como representantes Pedrosa, Xavier, Coutinho, Pimenta, Aristides Lobo⁵, entre outros. Trata-se, basicamente, do grupo surgido da cisão do PCB de 1928-29 e que se organizou sob a liderança de Pedrosa, inicialmente como GCL. Também

⁴ Advogado e jornalista, ingressou no PCB em 1927 e, no ano seguinte, foi um dos signatários do documento que exigia democracia interna e apontava outras críticas. Membro de grande importância da Oposição.

⁵ Professor, ingressou no PCB em 1923 e foi candidato a deputado pelo Bloco Operário Camponês em 1928. Em 1930, foi exilado no Uruguai, onde manteve contato com Luiz Carlos Prestes. Ao retornar ao Brasil, foi expulso do PCB e ingressou na Oposição em 1931, tornando-se Secretário Geral da organização Liga Comunista, nome assumido pelo GCL à época.

cabe apontar que a maior parte das pesquisas historiográficas no campo do trotskismo brasileiro tem como objeto de investigação essas primeiras organizações, devido à maior disponibilidade de fontes e à busca pelas origens.

Antes de destacarmos algumas características gerais do GCL, é importante frisar que a documentação disponível sobre essa organização é bastante escassa. Não estão disponíveis atas, resoluções ou outros documentos que nos forneçam informações mais precisas sobre o funcionamento interno da organização, sobre seus membros etc. A principal fonte sobre o GCL é o seu jornal, *A luta de classe*, que versava sobre vários pontos, tático-estratégicos, político-ideológicos e teóricos.

De imediato, o GCL estabeleceu contato com o Secretariado Provisório da OEI e se apresentou como “fração externa” do PCB (ou seja, reivindicam o direito de retornar ao partido, porém se opunham à linha política de sua direção – tal qual a OEI em relação à IC). Destacando o contexto internacional, o GCL reivindicava-se “bolchevique-leninista” e se caracterizava como um “núcleo de resistência à degenerescência burocrático-ideológica” da IC (GRUPO, 1930).

Não obstante, como apontaram Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995), essa caracterização enquanto fração se revelou demasiado problemática. Com efeito, a organização acabou desenvolvendo uma ação ambígua. Se, por um lado, os opositores acabaram apresentando uma política autônoma, diferenciada do PCB e exterior a este, por outro lado, eles não convocaram aqueles que permaneciam nas fileiras comunistas a abandonarem o partido. Ao contrário, afirmaram a necessidade de os descontentes permanecerem para lutar contra a direção que se burocratizava.

A organização do movimento operário e dos sindicatos foram questões centrais na atuação do GCL. Prado (2022) argumenta que os opositores retomaram a polémica de 1928 e afirmaram que os sindicatos, enquanto organização de massas, não deveriam ser submetidos à hierarquia do partido, organização de vanguarda. Os sindicatos eram compreendidos como organizações de frente única, nas quais as demandas econômicas dos trabalhadores deveriam ser priorizadas, acima de qualquer interesse político-partidário.

Outro aspecto importante e que foi destacado nos trabalhos de Castro (1993, 1999 e 2000) é que a OEI no Brasil reuniu os quadros comunistas com a melhor formação teórica. Seus principais dirigentes, Pedrosa, Xavier, Coutinho e Lobo, parte deles advindos de famílias abastadas, eram intelectuais com formação acadêmica e domínio de línguas estrangeiras. Assim, esse grupo, além de atuar nos sindicatos, contribuiu para o avanço da análise sobre a estrutura social brasileira, a partir da qual construíram uma proposta política alternativa. Outra contribuição foi o esforço realizado na tradução e divulgação pioneira de obras de Marx, Engels, Lenin e Trótski (muitas delas traduzidas por Xavier), publicadas pela Editora Unitas (do também membro Salvador Pin-taúde).

Em dezembro de 1930, após oito meses de sua fundação, o GCL já dava sinais de desgaste, com dificuldades de comunicação e organização, conforme atesta a correspondência entre alguns membros (Pedrosa, 1930). Dois dos principais articuladores do grupo adoeeceram e, com o afastamento deles, o GCL praticamente encerrou suas atividades.

Não obstante, os oposicionistas conseguiram superar as dificuldades e se reagrupar numa nova organização. Em 21 de janeiro, aniversário da morte de Lenin, ocorreu, em São Paulo, a primeira reunião da Liga Comunista - Oposição de Esquerda (LC). Em comparação ao GCL, o estudo da LC tem a vantagem de contar com um número muito mais significativo de fontes à disposição. Além de maior número de edições de *A luta de classe*, que o grupo seguiu publicando, outros documentos se preservaram, o que permite uma investigação mais minuciosa sobre a sua estrutura, atuação e debates internos.

A historiografia tem destacado que uma das principais contribuições dos trotskistas nesse período foi a publicação do artigo intitulado “Esboço de análise da situação econômica e social do Brasil”, publicado no n. 6 de *A luta de classe*, em fevereiro-março de 1931, com assinatura de M. Camboa (Pedrosa) e L. Lyon (Xavier). Del Roio (1990, p. 171) o considera “a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira” daquele período e, de acordo com Ferreira (1999), é um dos principais textos produzidos pelo pensamento marxista na década de 1930. Trata-se de uma análise original sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, desde a colônia até a ascensão de Getúlio Vargas.

Para Pedrosa e Xavier, a chamada Revolução de 1930 não representava a ascensão da burguesia industrial sobrepondo os cafeicultores. Diferentemente da concepção do PCB, de que havia um conflito entre o campo (feudal e agrário) e a cidade (burguês e industrial)⁶, a LC analisou o golpe de Vargas como um “acordo geral”, uma “última forma conciliatória”, entre as mais diversas frações burguesas a fim de reorganizar as bases do desenvolvimento capitalista. Evidenciaram, ainda, o caráter bonapartista do processo, uma vez que a burguesia e o proletariado se mostravam incapazes de tomar o Estado e dirigi-lo diretamente.

A historiografia tem apontado que essa interpretação repercutiu em obras posteriores. Silva (2002) salienta que a clássica interpretação desenvolvida por Boris Fausto, em *A Revolução de 1930*, era bastante próxima daquela desenvolvida pelos oposicionistas. Demier (2008) apresenta a tese de que o conceito de bonapartismo, que começou a ser desenvolvido nesse momento pela LC, acabou se tornando, posteriormente, um conceito chave para investigação da sociedade brasileira pós-1930 e foi utilizado em várias pesquisas acadêmicas, estando na base do conceito de populismo usado por Francisco Weffort e Octavio Ianni, além de também ter influenciado a obra de Florestan Fernandes (militante trotskista nos anos 1940).

Diante do governo provisório de Vargas, a LC se posicionou favorável à reivindicação pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Autores como Castro (1993), Coggiola (2003) e Almeida (2003) destacam que, diferente da direção do PCB, os oposicionistas compreendiam que a luta pela constituinte e pelas liberdades democráticas se colocava como a questão mais imediata, pois o governo Vargas era exercido, desde outubro de 1930, de forma discricionária. Assim, viam como tarefa fundamental

⁶ A tese fundamental defendida pelo PCB (elaborada por Octávio Brandão, em 1924) é a de que o Brasil se caracterizava por uma oposição entre os interesses dos produtores de café e a burguesia industrial. A partir de uma interpretação dualista da estrutura econômica brasileira, Brandão desenvolveu uma visão esquemática e etapista da História. A estratégia daí derivada visava uma “Revolução democrático-burguesa”, para posteriormente construir o socialismo. Tal teoria é similar àquela que a IC começou a difundir a partir do V Congresso.

recuperar os direitos essenciais e defendiam uma constituinte o mais democrática possível, com plenos poderes, representação direta dos trabalhadores e voto direto (LIGA, 1931a).

Em 1933, ocorreram mudanças substanciais, motivadas pelo cenário internacional. A ascensão de Hitler na Alemanha levou a OEI a discutir se deveria permanecer como fração externa da IC ou se era o momento de construir novos partidos, mirando a construção de uma nova Internacional. Esse debate também foi travado entre os brasileiros que, em concordância com a Conferência Internacional da OEI, sacramentaram a falência da IC e do Partido Comunista da União Soviética. Renomeada de Liga Comunista Internacionalista (LCI), a organização, como observam Karepovs, Marques Neto e Löwy (1995), ganhou maior autonomia e pôde se apresentar como postulante a nova direção da classe operária brasileira.

Prado (2022) aponta que, no campo sindical, as conferências debateram uma proposta favorável ao ingresso nos sindicatos oficiais, sob argumento de que seriam mais abertos à atuação dos trotskistas e permitiriam maior ligação com o proletariado. Não houve consenso nas conferências da organização e a questão foi retomada em 18 de fevereiro de 1934, em Reunião Ampliada da Comissão Executiva, que aprovou resolução favorável ao ingresso nos sindicatos oficiais, mas sem abandonar o trabalho nos sindicatos livres. Assim, a LCI iniciou um trabalho clandestino no interior dessas associações tuteladas, em especial junto sindicatos dos profissionais do volante, dos ferroviários da Sorocabana, dos alfaiates e dos bancários.

Ainda é preciso destacar que, em 1934, a LCI fomentou e participou de diversas frentes. Entre essas iniciativas, destaca-se a Frente Única Antifascista (FUA), organização que, conforme Castro (1999), contou com diversas associações operárias e desempenhou um importante papel de agitação e propaganda em combate às forças da fascista Ação Integralista Brasileira (AIB). Na FUA, os trotskistas contribuíram com a publicação do jornal *O homem livre*, que buscava denunciar o avanço do fascismo, e também participaram ativamente da contramanifestação de outubro de 1934, episódio conhecido como “Revoada dos Galinhas Verdes”, no qual a ação coordenada de diversas forças operárias dispersou o maior comício já feito pela AIB.

Já em 1935, com a publicação da Lei de Segurança Nacional, os trotskistas tiveram de rever a tática de ingresso nos sindicatos oficiais. A “Lei Monstro” estabeleceu os crimes contra a ordem política e social e sancionou a ampliação da perseguição aos militantes de todas as organizações operárias, impossibilitando qualquer atuação política no interior desses sindicatos. Diante do novo cenário, a LCI apontou que era preciso buscar novos métodos, reforçar as organizações clandestinas e retomar o trabalho sob bases ilegais no interior das fábricas.

Nesse mesmo período, a LCI também acompanhou a fundação e o desenvolvimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e apresentou uma série de críticas. Almeida (2003) destaca que os trotskistas caracterizaram a ANL como uma versão brasileira da política de Frente Popular – uma organização que aglutinava todos que se opusessem ao fascismo, independente das posições político-ideológicas e caráter de classe. Para a LCI, a ANL era uma reprodução artificial do *Kuomintang* e um retorno à política que culminou no fracasso da Revolução Chinesa (LIGA, 1935).

Nesse período, a LCI também enfrentou uma crise interna devido à polêmica em torno da política de “entrismo” aplicada pelos trotskistas franceses no Partido Socialista. Entre os opositoristas brasileiros, o chamado “giro francês” repercutiu negativamente e provocou uma grande cisão que colocou fim a um período de relativo crescimento da LCI, abrindo caminho para o declínio da organização. À crise interna ainda se somou o recrudescimento da repressão estatal, pois, a partir dos levantes fracassados da ANL em Natal, Recife e Rio de Janeiro, Vargas instaurou o Estado de sítio e lançou uma feroz repressão.

Dessa forma, a LCI entrou o ano de 1936 com suas forças bastante limitadas, mas permaneceu atuando na clandestinidade. Em *A luta de classe*, assinalaram que a luta a partir das fábricas e a organização de um forte movimento grevista era a única forma de resistência capaz de “atravessar os muros espessos da reação e ser ouvido em todo o Brasil” (Georges, 1936).

A última edição de *A luta de classe*, enquanto órgão oficial da LCI, foi publicada em novembro de 1936. Após essa edição, a organização encerrou suas atividades, mas alguns remanescentes, entre os quais Pedrosa, mantiveram-se organizados e formaram o Grupo Bolchevique-Leninista (GBL). De curta existência, o GBL se fundiu com a Oposição Classista do PCB, expulsa por criticar a insurreição da ANL (entre seus membros, destacam-se o jornalista Barreto Leite Filho, o bancário Augusto Besouchet e o médico Febus Gikovate). A fusão ocorreu em 3 de janeiro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, criando o Partido Operário Leninista (POL). Dulles (1973) destaca que essa articulação ocorreu no Presídio Pedro I, em 1936, onde membros do BGL e da Oposição Classista estavam presos.

O documento de fundação do POL, intitulado “As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda”, apresentou uma reavaliação do cenário político-econômico brasileiro. Partindo da derrota do levante da ANL, os trotskistas apontaram as suas lições e reafirmaram as críticas à atuação do PCB e à IC burocratizada (COMITÊ, 1936a).

Em junho de 1937, o Comitê Provisório do POL aprovou um documento que retomava e ampliava a discussão sobre a estrutura político-econômica nacional, assinado por Pedrosa e intitulado “A situação nacional”. Em termos econômicos, apontou-se para os problemas do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil, dificultando a ampliação do mercado interno, ao mesmo tempo que produzia um surto industrial, baseado na superexploração do proletariado. Quanto ao cenário político, destacou-se a ampliação da centralização e o papel decisivo do Estado nos países dependentes, bem como a fragilidade da democracia burguesa e o crescente avanço do integralismo, configurando um “fascismo colonial” (COMITÊ, 1936b).

Em 10 de novembro, Vargas instaurou o Estado Novo, a ditadura foi consolidada e, diante da nova onda repressiva, o POL teve muita dificuldade em manter suas atividades clandestinas. Mesmo sem periodicidade, os trotskistas continuaram com a publicação de *A luta de classe*, de *Boletins de informações internacionais* e editaram a revista *Sob nova bandeira*. Depois do golpe, Pedrosa partiu para o exílio na França, onde participou, em 1938, do Congresso de fundação da Quarta Internacional, como representante dos grupos latino-americanos, e foi eleito para seu Comitê Executivo (sob o nome Lebrum).

No Brasil, o destino do POL se vinculou a uma nova cisão ocorrida nas fileiras do PCB, que, como relatam Karepovs (2003) e Dulles (1973), viveu uma profunda crise naquele período. Após a prisão de Prestes, em março de 1936, o CC foi reorganizado sob a liderança de Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha), mas, durante os debates sobre as eleições previstas para início de 1938, surgiu um grupo opositor a partir do Comitê Regional de São Paulo (CR-SP), sob a liderança de Hermínio Sacchetta.

Assim como os trotskistas, este grupo lançou críticas à direção do PCB, pela orientação de apoiar a candidatura burguesa de José Américo à presidência (inicialmente o candidato de Vargas). As críticas do CR-SP também se direcionavam ao papel hegemônico atribuído pelo PCB à burguesia nacional na “revolução democrática” que este almejava. Sacchetta conseguiu adeptos, mas Bangu reagiu e articulou apoio de lideranças regionais importantes e da direção da IC. Com isso, uma parte se reconciliou com Bangu e os demais foram acusados de “fracionismo” e expulsos do partido em novembro de 1937.

Sacchetta e os demais expulsos formaram, no final de 1937, o Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil. De acordo com Rossignoli (2018), o POL buscou se aproximar dessa dissidência por meio de um diálogo crítico e, gradualmente, conseguiram a adesão destes às teses trotskistas. Em abril de 1939, ocorreu uma Pré-conferência entre o POL e o grupo, que atestou a disposição para uma fusão, concretizada em agosto, com a fundação do Partido Socialista Revolucionário (PSR). Com o PSR, se formou a “segunda geração” do trotskismo brasileiro.

A segunda e as demais “gerações” foram objeto de poucos estudos até o momento. Conforme as pesquisas de Ferreira (1989) e Lignani (2020), sabe-se que o PSR logo sofreu um grande baque: em 1939, Pedrosa acompanhou de perto os debates sobre a URSS no seio da Quarta Internacional. Mesmo após a revelação do pacto de não agressão assinado por Hitler e Stalin, Trótski reafirmou sua posição de que era dever dos militantes opositores manter a política de defesa incondicional da URSS. Discordando dessa posição, Max Schatchman, membro do *Socialist Workers Party* (SWP, EUA) e da direção internacional, rompeu com o trotskismo, levando consigo cerca de um quarto dos membros do SWP. Pedrosa se posicionou ao seu favor e também se afastou, deixando o PSR sem contato com a Internacional. Ao voltar para o Brasil, tentou organizar outro grupo socialista, não-trotskista, em torno do jornal *Vanguarda socialista*, no interior do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Após publicar algumas edições de *A luta de classe*, o PSR adotou novos periódicos (*Luta proletária* e *Orientação socialista*). Centrado em São Paulo, ele teve atuação junto a trabalhadores gráficos, jornalistas e vidraceiros. Vale destacar que teve como membro o posteriormente notório intelectual marxista Florestan Fernandes. Outra membra ilustre foi a jornalista e artista Patrícia Galvão (“Pagu”), originalmente do grupo de Sacchetta.

O PSR existiu até a virada dos anos 1940-50, quando foi dissolvido, não se sabe ao certo porquê e em que condições (especula-se que seria devido a divergências em torno das teses “pablistas” aprovados pelo 3º Congresso Mundial, de 1951, e sobre a caracterização da URSS). Parte de seus membros, incluindo Sacchetta, fundou a Liga Socialista Independente (LSI), que reivindicava ter orientação “luxemburguista”.

A próxima organização a reivindicar o trotskismo no país foi o Partido Operário Revolucionário (POR), fundado em 1952, e ligado ao grupo latino-americano encabeçado por Juan Posadas – um enviado deste reagrupou alguns ex-membros do PSR e do PSB. O POR compõe a “terceira geração” do trotskismo brasileiro.

Leal (2004) e Karepovs e Leal (2007) apontam que, inicialmente concentrado em São Paulo, e publicando o jornal *Frente operária*, o POR conseguiu se expandir para outros estados ao longo dos anos 1950-60 e desenvolver trabalho nas forças armadas e no meio rural, porém passou por dificuldades após o golpe de 1964 (repressão e cisões), perdendo força. Entre 1954-63, realizou “entrismo” no PCB, no PCdoB (este fracassou rapidamente) e nas fileiras nacionalistas influenciadas por Leonel Brizola. Diferentemente de seus antecessores, chegou a defender voto em um político burguês, o futuro presidente Jânio Quadros, quando da sua candidatura à prefeitura de São Paulo (1953), apesar de ter criticado duramente o apoio do PCB a Juscelino Kubitschek em 1950, defendendo o voto nulo em tal eleição (bem como em 1960).

De suas fileiras participaram pessoas que posteriormente viraram importantes acadêmicos, como os irmãos Ruy e Boris Fausto, Leôncio Martins Rodrigues e Maria Hermínia Tavares de Almeida, além de terem sido próximos da organização ou de alguns de seus membros Paul Singer, Emir Sader, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.

Já nos anos 1970, surgiram novos grupos, associados a algumas das principais vertentes de então do movimento trotskista internacional: em 1976, a Organização Socialista Internacionalista (OSI), posteriormente renomeada O Trabalho (originada de cisões do POR e até hoje uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores, PT), que se ligou ao grupo internacional encabeçado por Pierre Lambert; em 1978, a Convergência Socialista (CS, que, após ser expulsa do PT em 1992, deu origem, em 1994, ao ainda existente Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, PSTU), ligada ao grupo encabeçado por Nahuel Moreno; e, em 1979, a Democracia Socialista (DS, também até hoje no interior do PT), ligada ao grupo encabeçado por Ernest Mandel. Tais organizações alcançaram, nos anos 1980, um impacto muito maior que suas precursoras e compõem a “quarta geração” do trotskismo brasileiro.

Ao longo dos anos 1990-2000, um grande número de novas organizações surgiu no país, tanto de cisões da CS / PSTU, DS, e O Trabalho, quanto de origens diferentes e ligadas a outras vertentes do movimento trotskista internacional antes ausentes no Brasil, as quais compõem uma muito mais difusa “quinta geração”. Hoje existem facilmente mais de vinte organizações no Brasil que reivindicam a tradição trotskista, variando de algumas poucas dezenas de membros a algumas centenas, havendo ainda as que se contam em poucas unidades. Em boa parte, são esses militantes, ou ao menos simpatizantes do trotskismo, que produzem a história do trotskismo brasileiro. Os estudos sobre esses grupos mais recentes, contudo, são ainda bastante escassos.

A historiografia do trotskismo brasileiro e os acervos de suas fontes

Vejamos um mapeamento detalhado da historiografia sobre o trotskismo brasileiro e onde encontrar suas fontes. Como visto, o GCL, a LC e a LCI são as organizações que mais foram estudadas. Alguns trabalhos também já foram escritos sobre o POL e o PSR, porém em menor quantidade e profundidade, devido à escassez de fontes disponíveis. Pouco também foi produzido sobre o POR, porém, há estudos mais profundos

sobre ele. Sobre as organizações surgidas nos anos 1970-80 e os grupos delas derivados, é possível perceber que têm atraído mais atenção do que o POL, PSR e POR, com alguns trabalhos recentes sobre suas origens e principais ideias.

Começamos pelas sínteses panorâmicas. Há certo número delas disponíveis, a maioria focando o período dos anos 1920-30, e fornecendo informações básicas acerca das origens e trajetórias políticas das organizações – destacando seus principais membros, documentos e alguns feitos mais importantes. Nelas não há, portanto, muitas informações sobre a atuação pública e composição social ou a história dos membros de base dos grupos.

Recomendamos aquelas publicadas na coletânea “História do marxismo no Brasil”, escritas por Karepovs e Marques Neto (2002), cobrindo o período 1930-66 (trata-se de dois dos principais especialistas das primeiras organizações trotskistas brasileiras) e por Karepovs e Leal (2007), cobrindo o período 1966-2000. Ambos os textos se baseiam na bibliografia especializada disponível até então e em alguns dos documentos dos grupos abordados. Trata-se de um ponto de partida para os que desejam conhecer a história de tais grupos em linhas gerais⁷. Idem para a síntese escrita por Coggiola (2003) acerca do período 1928-64, a qual conta com detalhes fornecidos ao autor por alguns militantes da época⁸.

Passemos agora às pesquisas, em maior parte acadêmicas. As primeiras foram escritas, em sua maioria, por estrangeiros. É o caso das obras dos anos 1970 escritas pelos “brasilianistas” Dulles (1973 – baseado em materiais obtidos de Edgard Leuenroth) e Chilcote (1982), que estudaram o movimento operário e organizações de esquerda brasileira. Há também o trabalho do brasileiro Carone (1974 – baseado em materiais obtidos de Lívio Xavier), de estilo similar. Alguns anos depois, Dulles (1985) e Carone (1985) produziram novos estudos, baseados em documentação de Sacchetta.

Apesar de conter algumas informações básicas sobre as organizações trotskistas brasileiras dos anos 1930-40, como suas origens e membros de destaque, não há aprofundamento. O foco desses pesquisadores era o PCB e as organizações sindicais.

Ainda nos anos 1970, Alexander publicou uma obra sobre o trotskismo na América Latina, que foi a primeira a dar maior atenção ao trotskismo brasileiro. Ainda que marcada pela superficialidade e caráter essencialmente descritivo, ela trouxe à tona mais informações que as anteriores, baseando-se em depoimentos colhidos de militantes (vinte anos antes, para a preparação de outro livro). Posteriormente, tal material foi incluído na sua obra de caráter enciclopédico sobre o movimento trotskista internacional (Alexander, 1991) e, no caso da seção sobre o Brasil, passou por correções e foi expandida para cobrir até o começo dos anos 1980. Esse é, ainda hoje, o estudo mais abrangente sobre o movimento trotskista internacional, ainda que igualmente superficial e descritivo, por seu estilo enciclopédico.

Conforme aponta Karepovs (2005), ao final da década de 1970 e começo dos anos 1980, os novos grupos trotskistas (OT, DS e CS) publicaram, em seus periódicos, artigos e entrevistas com veteranos das primeiras organizações, com a intenção de se

⁷ Na mesma coletânea, há ainda uma introdução à influência do pensamento de Leon Trótski no Brasil e a primeira geração do trotskismo brasileiro, escrita por Karepovs e Marques Neto, em conjunto ainda com Michel Löwy. Cf. Karepovs; Marques Neto; Löwy, Michael (1995).

⁸ Há uma versão em inglês, um pouco diferente, disponível em <<https://www.marxists.org/history/etol/document/brazil/brazil01.htm>>.

apresentarem como parte dessa longa tradição. Apesar do caráter instrumental de tais materiais, ajudaram no resgate da história do trotskismo brasileiro e provavelmente estimularam a leva de pesquisas feitas na época⁹.

Foi nos anos 1980, a partir do final da ditadura, que essa historiografia ganhou impulso, através da publicação, como parte da coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense, do livreto “O trotskismo na América Latina”, de Coggiola (1984), que contém uma breve seção dedicada à primeira geração. Dois anos depois, foi publicada, como parte da coleção “Primeiros Passos”, também da Brasiliense, “O que é trotskismo?”, de Campos (1986).

De maior destaque é a coletânea de documentos do GCL e da LC (cobrindo o período 1928-33), publicada em 1987, também pela Brasiliense, e organizada por Karepovs e um membro fundamental dessas organizações, Fúlvio Abramo, intitulada *Na contracorrente da história*. Em 2015, foi publicada uma versão expandida de tal coletânea, incorporando textos originalmente previstos para um segundo volume (Abramo e Karepovs, 2015). Trata-se de um importante material para aqueles interessados na primeira geração do trotskismo brasileiro. Além dos documentos, a obra contém textos introdutórios de Broué (sobre o trotskismo internacional) e Abramo (sobre a Oposição de Esquerda brasileira¹⁰).

Nos anos seguintes, em especial ao longo da década de 1990, enfim foram desenvolvidas pesquisas acadêmicas que trataram do trotskismo brasileiro com maior profundidade. Ainda antes da publicação de tal coletânea, foi realizado o que parece ser o primeiro trabalho acadêmico desenvolvido por um brasileiro sobre o tema, a dissertação de mestrado de Ferreira (1989) – defendida em 1985, na PUC-SP, sob orientação de Maurício Tragtenberg, que atuou na LSI. Trata-se de uma análise da imprensa do PSR no período 1946-48. Apesar da limitação do enfoque e também do recorte temporal, é uma contribuição pioneira, que ainda hoje segue sendo um dos poucos trabalhos sobre tal organização.

Na virada dos anos 1980-90, conforme destaca Karepovs (2005), alguns estudos preliminares foram publicados pela revista *Estudos*, do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, da USP, dirigida por Coggiola¹¹.

Já nos anos 1990, uma série de trabalhos abordou a Oposição de Esquerda brasileira, em grande parte a partir dos arquivos de Leuenroth e Xavier. O primeiro deles foi a tese de doutorado de Marques Neto, defendida na USP em 1992, acerca de Pedrosa e dos primeiros anos do trotskismo brasileiro (1928-31). Ele utilizou documentos das primeiras organizações e também a correspondência de Pedrosa com outros quadros da primeira geração, trazendo à tona muito mais informações, apesar de seu recorte temporal limitado (Em livro: Marques Neto, 1993).

Em 1993, Castro (1993) defendeu, na UFF, sua dissertação de mestrado dedicada à “teoria e práxis” da Oposição de Esquerda brasileira (1928-1934), a qual utiliza algumas fontes diferentes daquelas de Marques Neto e avança mais no tempo, até o abandono da condição de “fração externa” do PCB pela LC. Posteriormente, em sua tese de

⁹ Para uma lista, ver Karepovs (2005), nota 27.

¹⁰ Este último disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/abramo/1990/contracorrente/02.htm>>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

¹¹ Para uma lista, ver Karepovs (2005), nota 24.

doutorado, defendida em 1999 (Castro, 1999), também na UFF, ele abordou em maiores detalhes as análises da LC / LCI acerca do fascismo no Brasil (em especial a então ascendente Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado) e sua atuação em prol de uma Frente Única Antifascista.

Se os trabalhos de Marques Neto e Castro focam na época da Oposição de Esquerda, Karepovs, com sua dissertação de mestrado, defendida em 1996 na USP, avançou mais alguns passos a história do trotskismo brasileiro, ao estudar os embates do grupo de Sacchetta no interior do PCB entre 1937-38 – os quais culminaram na cisão que, ao se fundir com o POL, originou o PSR (em livro: Karepovs, 2003). Mais recentemente, Karepovs (2017) publicou uma biografia de Pedrosa que cobre os anos 1920 até 1980, incluindo seu período de militância trotskista.

Ainda nos anos 1990, Leal defendeu, em 1997, na USP, sua dissertação de mestrado acerca do POR, cobrindo o período 1952-56. Baseada em análise de farta documentação, que inclui entrevistas com ex-membros da organização, trata-se de um dos estudos mais completos sobre uma organização trotskista brasileira (em livro: Leal, 2004). Há apenas um outro estudo sobre o POR, até onde sabemos, de enfoque mais restrito (ver adiante).

Outros dois trabalhos importantes foram produzidos nos anos 1990. Um deles foi a tese de livre docência de Campos (1998), apresentada na Unesp de Franca em 1998, sobre a vida dos dissidentes comunistas em São Paulo nos anos 1930-36 – portanto, os anos de formação do trotskismo brasileiro. Apesar de retomar o objeto de Marques Neto e de Castro, trabalha com fontes alternativas, em especial as obtidas nos arquivos das agências estatais de repressão de São Paulo da época, o DEOPSISP. O outro trabalho foi a dissertação de mestrado de Silva, defendida em 1996 na Unicamp, acerca da análise do PCB e dos trotskistas sobre o golpe que conduziu Vargas ao poder, em 1930, e seu regime político (em livro: Silva, 2002).

Ao longo dos anos 2000 e 2010, a Oposição de Esquerda brasileira seguiu sendo estudada, através da dissertação de mestrado de Almeida (2003), defendida em 2003, na PUC-SP, na qual é abordado o período 1930-1935, com destaque para a percepção dos trotskistas acerca da ANL. Também foi estudada na dissertação de mestrado e na tese de doutorado de Lisboa, defendidas na UFSM. A dissertação (Lisboa, 2014) aborda a imprensa dos grupos dos anos 1930, com ênfase nas análises da realidade brasileira e das estratégias para uma revolução socialista no país, enquanto a tese (Lisboa, 2019) é uma análise comparada entre os grupos brasileiros e estadunidenses dos anos 1930, com ênfase em suas percepções acerca da questão sindical.

Outro trabalho recente é a tese de doutorado de Prado, defendida em 2019, na UFF, acerca dos debates sobre atuação sindical do PCB e dos trotskistas entre 1922 e 1936, destacando a atuação do GCL e da LC/LCI. Trata-se de um aspecto muito importante, que lida com a inserção dos grupos no proletariado (Em livro: Prado, 2022).

Portanto, atualmente há um rico quadro sobre os primeiros anos do trotskismo brasileiro. No início dos anos 2000, um número da revista do Arquivo Edgard Leuenroth, *Cadernos AEL*, dedicado ao trotskismo, compilou parte dessa produção, contando com artigos de síntese escritos por alguns dos pesquisadores acima mencionados, além

de um balanço da bibliografia de Trótski então disponível em português e de um comentário sobre materiais relacionados ao trotskismo brasileiro arquivados no AEL¹².

Talvez como reflexo desse já considerável acúmulo acerca da Oposição de Esquerda brasileira e sua sucessora imediata, a LCI, nos anos 2000 e 2010 começaram a ser desenvolvidos os primeiros trabalhos acadêmicos sobre as organizações surgidas nos anos 1970.

É o caso das dissertações de mestrado de Farias (2005), defendida em 2005, na UFRJ, acerca das origens da CS; de Angelo (2008, em livro), defendida, em 2007, na UFS-Car, sobre as origens da DS; e de Miranda (2014), defendida em 2014, na UFRJ, acerca da atuação da CS e da DS entre 1978-92, no interior do PT.

Também é o caso da dissertação de mestrado de Oliveira (2013), defendida em 2013, na UFF, acerca da formação da OSI (entre 1968-73). E da sua tese de doutorado (Oliveira, 2018), defendida em 2018, na mesma universidade, acerca de como as nascentes organizações trotskistas, que mais tarde dariam origem aos grupos O Trabalho, DS e CS, analisaram o regime ditatorial instalado no país e quais linhas de atuação delinearam sob tais condições, durante 1968-73.

Junto a tais estudos, mais abrangentes, também tem sido realizados alguns com enfoque mais específico, como a dissertação de mestrado de Demier (2008), defendida em 2008, na UFF, acerca da influência do pensamento de Trótski sobre uma importante parcela da intelectualidade brasileira, que veio a se destacar nos anos 1960-70, como crítica das teses mecanicistas propagadas pelo PCB sobre a realidade social do país¹³.

Também com enfoque mais específico, há a dissertação de mestrado de Macedo (2011), defendida em 2011, na UFPR, acerca de como a OSI e a DS abordaram as questões de construção de um partido político e também o papel dos sindicatos.

Há, ainda, o livro de França (2015), sobre o impacto do colapso do “bloco soviético” em alguns setores da esquerda brasileira, entre os quais são abordadas, ainda que brevemente, a DS e CS.

Outros estudos sobre as organizações surgidas nos anos 1970 e suas sucessoras e cisões recentes estão sendo desenvolvidos atualmente, de forma que esse período mais próximo está sendo cada vez mais abordado, através de pesquisas que se baseiam em farta documentação, em especial nos periódicos e documentos internos dos grupos em questão, fontes produzidas pelos aparatos repressivos do período ditatorial e entrevistas¹⁴.

Não obstante, os grupos que se seguiram à primeira geração do trotskismo brasileiro não foram deixados de lado. Em 2018, Rossignoli (2018) realizou um trabalho de conclusão de curso (graduação) na UFRJ sobre o POL, focado nas táticas de reagrupamento dessa organização, que culminaram na formação do PSR. Já Lignani (2020) rea-

¹² *Cadernos AEL*, Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.

¹³ Demier também publicou três curtos artigos de síntese sobre as primeiras gerações do trotskismo brasileiro no extinto *Blog Convergência*, sob o título “Um pouco sobre nossos antepassados”, hoje disponíveis no site *Esquerda Online*.

¹⁴ Para um vislumbre desses estudos, recomendamos a gravação dos Simpósios Temáticos 3 e 4 do *Evento Online Trótski em Permanência 2021*, disponíveis em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLoSJ43ndMtRRAFXnpF6R7vOTtdcHcbzWC>>.

lizou uma pesquisa de mestrado na UFF sobre o PSR, abordando a concepção de partido mobilizada por essa organização, o programa político construído por ela e elementos da sua atuação sindical.

Já alguns (poucos) trabalhos buscam uma análise regional, fugindo do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, o que permite uma visão mais apurada da composição e atuação das organizações em foco. É o caso da dissertação de mestrado de Gallindo (2013, em livro), defendida em 2010, na UFPE, acerca da atuação rural do POR em Pernambuco. A pesquisa tem foco na figura de José Roberto Pinto (“Jeremias”), assassinado por latifundiários em 1963, devido à sua atuação no sindicato dos trabalhadores rurais da cidade de Itambé, em um contexto de crescimento das lutas e organizações no campo.

É também o caso da dissertação de mestrado de Mariano (2011), defendida em 2011, na UECE, acerca da atuação de diferentes grupos trotskistas na cidade de Fortaleza, entre 1963-1970, utilizando entrevistas e fontes de agências estatais de repressão, além de materiais das próprias organizações.

Cabe mencionar, ainda, a existência de trabalhos produzidos no Brasil acerca de grupos de outros países, do movimento trotskista internacional, ou que abordam em chave comparativa grupos brasileiros e de outros países. É um tipo de estudo que tem se tornado mais numeroso graças à disponibilização *online* de crescentes acervos de materiais do movimento trotskista internacional e de alguns de seus “truncos históricos” mais relevantes do período pós-Segunda Guerra Mundial.

É o caso das dissertações de mestrado de Andrade (1996), sobre o POR boliviano e a revolução de 1952 naquele país; de Meucci (2015), acerca dos debates no interior do movimento trotskista internacional sobre a Revolução Cubana e o “foquismo” / guerra de guerrilha; de Monteiro (2016), acerca das releituras teórico-programáticas realizadas pelos principais agrupamentos trotskistas internacionais do pós-Segunda Guerra diante das revoluções sociais do período.

Também das teses de doutorado de Fernandes (2019), acerca da questão nacional em Milcíades Peña; de Lisboa (2019), já mencionada; e de Monteiro (2021), acerca das análises e posições dos principais agrupamentos trotskistas internacionais do pós-guerra acerca dos “Estados operários burocratizados” e do stalinismo, em especial a URSS e seus “países satélites”.

Por fim, cabe um comentário sobre os acervos onde estão disponíveis fontes históricas sobre os grupos trotskistas brasileiros¹⁵. Grande parte das fontes utilizadas por tais pesquisas encontram-se no Centro de Memória Operária Mario Pedrosa (CEMAP, criado em 1981), desde 1994 custodiado pelo Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM-Unesp). É o caso do Arquivo Lívio Xavier, com muito material dos grupos da primeira geração e cartas de Pedrosa. Há também boa quantidade de material referente à primeira geração no Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp (AEL-Unicamp, criado em 1971), coletados pelo próprio Leuenroth. Também no AEL encontra-se a documentação de Sacchetta, com material do PSR. No Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), há material apreendido da LCI, do POL e do PSR, bem como material sobre tais grupos produzido pelo Tribunal de Segurança Nacional a partir de 1935. Periódicos e materiais internos do POR encontram-se no CEMAP, bem como as entrevistas realizadas por Leal.

¹⁵ Parte dessas informações, cf. Karepovs (2005) e Bianchi (2012).

Quanto aos grupos mais recentes, o arquivo nacional (até 1994) do grupo O Trabalho encontra-se no CEMAP, e há uma coleção de periódicos e material iconográfico no Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), da Fundação Perseu Abramo, e material iconográfico no AEL. O arquivo nacional da DS (até 2000) encontra-se no CEMAP, e periódicos e material iconográfico no CSBH e AEL (este contém ainda documentos internos). O arquivo da CS encontra-se em posse do PSTU, mas está sendo gradualmente disponibilizado *online* no *Arquivo Leon Trotsky* e há periódicos e material iconográfico no CSBH. Parte dos periódicos desses três grupos encontra-se, também, em arquivos menores, como o Arquivo de Memória Operária (AMORJ), no Rio de Janeiro.

Há, ainda, material apreendido pelas forças de repressão nos acervos dos DOPS e Arquivos Públicos estaduais. Fora do país, há o arquivo de Alexander, na *Rutgers University* (EUA), com os depoimentos colhidos para suas obras.

Comentários finais

Vê-se que os estudos sobre o trotskismo brasileiro cresceram bastante nos anos 2000-2010, após terem se iniciado, de forma tímida e superficial, nos anos 1970-80, e dado um salto fundamental nos anos 1990. Por mais que já se tenha avançado muito no conhecimento histórico acerca de tal tradição política, há muito ainda por se fazer. Conforme apontado, há uma concentração de trabalhos acerca da primeira geração do trotskismo brasileiro, sendo poucos os trabalhos sobre as demais, sobretudo sobre o PSR e o POR.

De forma geral, tem-se privilegiado muito os temas das origens e do desenvolvimento político das organizações – o que, sem dúvidas, constitui um importante ponto de partida – com pouco tendo sido produzido sobre sua composição social, atuação pública e vida interna (para além da cúpula dirigente). É certo que há muita dificuldade em se encontrar fontes para abordar tais temas, especialmente em relação aos grupos mais antigos, cujos membros não estão mais vivos, mas é parte essencial de uma “história total” de uma organização política. Os poucos estudos de enfoque regional apontam, ainda, um outro tema importante de ser abordado: a existência das organizações fora dos grandes centros políticos e econômicos do país, onde, geralmente, está o foco de sua atuação e também a maior parte de seus dirigentes.

Ademais, como também já foi apontado, há uma grave tendência a se negligenciar o âmbito internacional dessas organizações, que constituíam seção brasileira de uma organização internacional. Por mais que não se possa reduzir o grupo nacional à organização internacional a qual ele pertence, é inegável que esta possui um peso considerável sobre suas elaborações estratégicas e mesmo táticas – especialmente no período pós Segunda Guerra, quando a Quarta Internacional passa por uma crescente fragmentação teórico-programática.

Pela complexidade de se produzir uma “história total” do trotskismo brasileiro, é imprescindível a atuação em conjunto dos pesquisadores(as) dedicados(as) a tal objeto. A existência de um espaço conjunto de debates e colaboração, a realização de eventos acadêmicos e a produção de coletâneas certamente contribuiriam sobremaneira para o avanço dessa produção historiográfica.

De forma modesta, os autores deste artigo têm se engajado em algumas iniciativas nesse sentido, em especial, para citar as mais recentes, a organização dos eventos

Trótski em Permanência (*online*, 2020 e 2021)¹⁶, do II Encontro Internacional Leon Trótski (São Paulo e *online*, agosto de 2023)¹⁷ e a coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trótski / Trotskismo e a Historiografia (dedicado a temas da história do movimento trotskista e também a estudos de temas diversos a partir de contribuições teóricas do trotskismo)¹⁸. Convidamos as(os) leitoras(es) interessadas(os) a conhecerem tais iniciativas e esperamos que este artigo possa servir de estímulo para novas pesquisas e colaborações.

¹⁶ O evento de 2020 consistiu em três Mesas Redondas com convidadas/os. Já o de 2021, além de Mesas Redondas com convidadas/os, contou também com 10 Simpósios Temáticos nos quais foram apresentadas cerca de quarenta comunicações sobre temas diversos. As gravações dessas atividades estão disponíveis em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLeSj43ndMtRSM-WuY41e8e-m-uasizwBz>> (2020) e <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLeSj43ndMtRRAFxNpF6R7vOTtdcHcbzWC>> (2021). Também foi publicado um livro com parte dos trabalhos apresentados no evento de 2021, cf. Monteiro (2023). Os detalhes sobre os eventos e o livro estão disponíveis em: <<https://encontrotrotski.noblogs.org/>>.

¹⁷ O evento, em formato híbrido, contou com 5 Mesas Redondas presenciais com convidadas/os e 13 Simpósios Temáticos *online* nos quais foram apresentadas cerca de sessenta comunicações sobre temas diversos. As gravações estão disponíveis em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLeSj43ndMtRS75Qbib8234C6OjrO4FFBz&si=Ca7Tg oIZvysQHA3b>>. Os detalhes estão disponíveis em: <<https://encontrotrotski.noblogs.org/>>. Em breve almejamos publicar um livro com os trabalhos apresentados.

¹⁸ Contato: trotskismo@googlegroups.com.

Referências

- ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*, 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015.
- ALEXANDER, Robert. *International trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University Press, 1991.
- ALMEIDA, Miguel Tavares de. *Liga comunista internacionalista: teoria e prática do trotskismo no Brasil (1930-1935)*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2003.
- ANDRADE, Eduardo Oliveira de. *O partido obrero revolucionario e a revolução boliviana de 1952*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, 1996.
- ANGELO, Vitor Amorim. *A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.
- BIANCHI, Álvaro. “É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros?”, *Perseu*. São Paulo, v. 8, 2012, pp. 361-380.
- BROUÉ, Pierre. “O movimento trotskista na América Latina até 1940”, *Cadernos AEL*. Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.
- CAMBOA, M. [Pedrosa, Mário], Lyon, L. (Xavier, Lívio). “Esboço de uma análise sobre a situação brasileira”, *A luta de classe*. Rio de Janeiro, n. 6, ano 2, fev-mar, 1931.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “*Tempos de viver*”: dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1935). Tese (Livre-docência). Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo: Nova Cultural / Brasiliense, 1986.
- CARONE, Edgard. *A república liberal*, 2 v., São Paulo: DIFEL, 1985.
- _____. *A república nova: 1930-1937*, São Paulo: DIFEL, 1974.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *A oposição de esquerda brasileira (1928-1934): teoria e práxis*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 1993.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Contra a guerra ou contra o fascismo? As esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 1999.
- CASTRO, Ricardo F. de. “Os intelectuais trotskistas nos anos 30”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Letras, 2000, pp. 137-152.
- CHILCOTE, Ronald H. *Partido comunista brasileiro: conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COGGIOLA, Osvaldo. O trotskismo no Brasil (1928-1964). In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 239-270.

- COMITÊ Provisório de Organização do POL. “A situação nacional” [1936b]. In: ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (Orgs.). *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015, pp. 292-334.
- COMITÊ Provisório de Organização do POL. “As tarefas revolucionárias do proletariado e o novo reagrupamento da vanguarda” [1936a]. In: ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (Orgs.). *Na contracorrente da História: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015., pp. 280-291.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.
- DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para universidade: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2008.
- DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- DULLES, John Foster. *O comunismo no Brasil: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARIAS, Marcos Moutta. *Partido socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil: a experiência do Movimento Convergência Socialista*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2005.
- FERNANDES, Renato César Ferreira. *As trajetórias da dependência argentina: a questão nacional em Milcíades Peña*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2019.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa, política e ideologia: orientação socialista (1946-1948)*. São Paulo: Mores, 1989.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946*. Londrina: UEL, 1999.
- FRANÇA, Teones. *Escombros do muro de Berlim sobre a esquerda brasileira*. Rio de Janeiro: MaudX, 2015.
- GALLINDO, José Felipe Rangel. *Jeremias: o trotskismo no campo em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2013.
- GEORGES [Pedrosa, Mário]. “A luta pelas liberdades democráticas”, *A luta de classe*. Juiz de Fora, n. 30, ano VI, jun. 1936, p. 1.
- GRUPO Comunista Lenine. “Nossa tática para o com o Partido”, *A luta de classe*. Rio de Janeiro, n. 1, jun. 1930, p. 1.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec / Editora da UNESP, 2003.
- KAREPOVS, Dainis. “O arquivo Edgard Leuenroth e a pesquisa sobre o trotskismo no Brasil”, *Cadernos AEL*. Campinas: IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.
- KAREPOVS, Dainis. *Pas de politique Mariô!* Mário Pedrosa e política. Cotia: Ateliê, 2017.
- KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. “Os trotskismos no Brasil: 1966-2000”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. v. 6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 153-238.

- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho de. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930 – 1966)”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho de; LÖWY, Michael. “Trotsky e o Brasil”, In: QUARTIM DE MORAES, João (org.). *História do marxismo no Brasil*, v. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, pp. 229-254.
- LEAL, Murilo. *A esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LIGA Comunista Internacionalista. “A Aliança Nacional Libertadora e a confusão do movimento operário”, *A luta de classe*. Juiz de Fora, n. 25, Ano V, 25 jun., 1935, p. 1.
- LIGA Comunista. “A palavra de ordem da constituinte”, *A luta de classe*. Rio de Janeiro, n. 6, Ano II, fev.-mar, 1931a, p. 1.
- LIGA Comunista. “Aos proletários do mundo inteiro”, *Boletim da oposição*. São Paulo, pp. 1-4, jan., 1931b.
- LIGA Comunista. “Aos trabalhadores do Brasil”, *Boletim da oposição*. São Paulo, n. 1, jan., 1931c.
- LIGNANI, Henrique de Bem. *O trotskismo no Brasil e a crise de direção revolucionária: construção do partido, programa político e movimento operário (1937-1948)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2020.
- LISBOA, Roberto Borges. *Revolução e realidade social na imprensa trotskista brasileira dos anos 1930*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2014.
- LISBOA, Roberto Borges. *Trabalho, sociedade e marxismo: uma abordagem comparada do trotskismo no Brasil e nos EUA nos anos 1930*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2019.
- MACEDO, Edmar Almeida de. *Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2011.
- MARIANO, Andreyson Silva. *Uma esquerda em silêncio: militantes trotskistas de Fortaleza no período de 1963-1970*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.
- MARQUES NETO, José Castilho de. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MEUCCI, Isabela. *A revolução cubana e o movimento trotskista na América Latina: impactos na construção de um projeto político (1959-1974)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2015.
- MIRANDA, Vinicius Almeida Ribeiro de. *Dois trotskismos num partido de massas: as trajetórias das organizações Democracia Socialista e Convergência Socialista no PT*

- de 1978 a 1992. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2014.
- MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *Stalinismo, revolução política e contrarrevolução: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-91)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2021.
- MONTEIRO, Marcio Lauria (org.). *Trótski em permanência*. In: Evento Online Trótski em Permanência 2021, 2021. *Anais...* São José do Rio Preto: Práxis Editorial, 2023.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2016.
- OLIVEIRA, Tiago de. *Reorganização do movimento trotskista no Brasil - A formação da Organização Socialista Internacionalista (1968-1976)*. Um capítulo da IV Internacional no Brasil. Uma contribuição à história do trotskismo no Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2013.
- OLIVEIRA, Tiago de. *Trotskistas na ditadura militar (1968-1973): uma contribuição à história do trotskismo no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2018.
- PEDROSA, Mário. [Carta] 8 dez. 1930, Rio de Janeiro [para] Xavier, Lívio. São Paulo. In: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, pp. 332.
- PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil. (1922-1936)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2019.
- PRADO, Carlos. *História do trotskismo no Brasil (1928-1936)*. Curitiba: Brazil Publishing, 2022.
- PRADO, Carlos; MONTEIRO, Marcio Lauria. "Historia e historiografía del trotskismo brasileño", *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*. Buenos Aires, v. IX, n. 17, set. 2020-fev. 2021, pp. 57-78. Disponível em <<https://www.archivos-revista.com.ar/numeros/index.php/archivos/article/view/292>>. Acessado em 13 de dezembro de 2023.
- ROSSIGNOLI, Icaro. *Os dias de cão do trotskismo brasileiro: argumentos e táticas nas publicações do Partido Operário Leninista, 1937-1939*. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2018.
- SILVA, Angelo José da. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

Recebido em 14 de julho de 2023
Aprovado em 21 de agosto de 2023